

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO (CFOP)**

**26.10.2021**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Gilmaci Santos.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da 3ª Sessão Legislativa, da 19ª Legislatura, convocada com a finalidade de ouvir o Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento, Dr. Henrique de Campos Meirelles, que irá demonstrar o cumprimento das Metas Fiscais dos 1º e 2º quadrimestres do exercício de 2021, conforme previsto no Parágrafo 4º do Artigo 9º da lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Neste momento, vou fazer a chamada aqui dos deputados presentes. Deputado Adalberto Freitas.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Pela ordem, presidente, eu estou presente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Muito obrigado, deputado. Deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Presente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputado Enio Tatto. Deputado Roberto Engler. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris. (Pausa.) Deputado Estevam Galvão.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Presente, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Deputado Estevam, prazer em vê-lo. Seja bem-vindo.

**O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM** - Alegria em vê-lo, Gilmaci.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado. Deputado Dirceu Dalben.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Dirceu Dalben presente, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputado. Deputado Gilmaci Santos presente. Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Marcio da Farmácia. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. Olim? Deputado Delegado Olim. Deputado Olim?

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Ele está presente, mas está no telefone, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Sim. Voltamos a falar com ele daqui a pouco. Deputado Alex de Madureira.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Presente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, então nós temos quórum regimental. Também quero constar aqui a presença da deputada Janaina Paschoal, que não é membro, mas está presente acompanhando esta reunião. Muito obrigado, deputada Janaina Paschoal.

A deputada também aqui presente no auditório, deputada Carla Morando. E também o líder do Governo, o deputado Vinícius Camarinha.

Neste momento, eu solicito à secretaria... Por favor, fechem os áudios de V Exa., por gentileza.

Neste momento, solicito à secretaria a leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Pela ordem, nobre deputado.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL** - Solicito a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - É regimental o pedido de Vossa. Excelência. Havendo acordo, dou por lida e aprovada a Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Os deputados e deputadas que quiserem fazer uso da palavra, após a explanação do secretário, que se inscrevam pelo chat ou aqui pessoalmente com a secretaria da Comissão.

Então, neste momento, eu vou passar a palavra para o secretário, mas vamos combinar o nosso rito desta Comissão.

Eu creio, eu sei, até fui informado de que o secretário tem uma agenda também importantíssima logo mais, tem um tempo até curto para permanecer com a gente aqui, nós entendemos isso.

E aqui nós vamos agir, se os Srs. Deputados e o secretário concordarem, da seguinte forma.

Cada membro efetivo da Comissão tem até 10 minutos para fazer as suas explanações e não membros da Comissão, deputados que não fazem parte da Comissão, têm até cinco minutos para fazer a sua explanação.

Inicialmente o secretário vai fazer a sua explanação, mostrar o que ele veio aqui apresentar para a gente.

Secretário, nós podemos combinar, de acordo com o que a V. Exa. achar melhor, que pode o senhor ouvir todas as explanações dos deputados e responder no final ou se o senhor achar interessante responder um a um também, o senhor fique bem à vontade, fica a critério de Vossa Excelência.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Eu acho melhor ouvir todos e responder no final.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Então, o senhor vai fazer a sua explanação neste momento, e passamos a palavra para os deputados, no final o senhor conclui.

Então, neste momento, secretário, tem V. Exa. a palavra para a sua explanação. Fique à vontade.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Obrigado, presidente. É uma satisfação estar aqui, enorme, é um momento importante, um evento, de fato, que faz parte exatamente daquilo que assegura a boa transparência e o bom funcionamento das instituições, no caso do governo do estado.

Nós temos, evidentemente, uma situação diferente, este ano ainda, em função exatamente de que, durante a crise da pandemia, no ano passado, quando se fizeram grande parte das projeções, existia uma grande incerteza.

Realmente, o fato é que não se sabia como é que ia se comportar a economia, como é que ia se comportar o funcionamento do país no ano seguinte. Esse é o ponto fundamental.

Então, em função disso, nós vamos ver as consequências disso, porque houve uma eficácia muito grande das vacinas, primeiro no estado de São Paulo, principalmente, na grande capacidade de vacinação, do grande número de pessoas que foram já vacinadas durante este ano, principalmente na população adulta e agora entrando nos adolescentes e, posteriormente, essa avaliação que está se fazendo sobre vacinação de crianças etc. no mundo todo.

Portanto, isso levou a um crescimento do PIB maior do que aquele que se previa em todas as boas análises macroeconômicas.

Ao mesmo tempo, a inflação ficou elevada. E isso afeta a arrecadação de uma forma direta.

As incertezas, no entanto, seguem muito elevadas. No Brasil particularmente. Nós estamos com incertezas muito grandes, em virtude de situações econômicas.

Por exemplo, a alta de juros é algo que está impactando fortemente a economia, vai impactar mais à frente. A alta da inflação, que é, isoladamente, o que leva a essa alta de juros.

Nós estamos com uma inflação muito forte, com um aumento de preços de mercadorias exportadas, como é o caso das commodities e também das importadas.

E, portanto, a tendência de tudo isso, a ver, a partir do próximo ano, com juros elevados etc., no Brasil, nós podemos ter de fato uma queda bastante pronunciada do produto, da produção e, em consequência, até da arrecadação.

Mas a grande coisa de que se pode ter certeza é a incerteza. Não há dúvida de que há uma incerteza muito grande. Esse é o ponto fundamental.

Vamos notar ainda que a economia de São Paulo tem um crescimento robusto. A economia de São Paulo está crescendo bem mais do que a economia nacional.

Vamos mostrar isso mostrando inclusive... E é importante notar agora que no ano de 2019 São Paulo cresceu mais que o dobro da média nacional.

Durante o ano de 2020, quando a economia brasileira caiu 4,1% São Paulo cresceu 0,3%, uma das poucas regiões do mundo que cresceu.

E durante o ano de 2021, agora, espera-se um crescimento elevado, também de São Paulo, substancialmente superior ao crescimento nacional. É um ponto importante.

O crescimento do País, na realidade, foi negativo, no ano passado. Teve uma queda. E portanto o crescimento no Brasil é em cima de uma base mais baixa. Ele pouco mais do que compensa a queda do ano passado.

O crescimento que os analistas estão prevendo agora.

Ao passo que São Paulo, não. São Paulo teve um crescimento real acima do ano passado, na medida em que no ano passado São Paulo cresceu um pouco, mas que foi uma coisa realmente muito importante.

Um crescimento positivo no mundo que passou por essa crise, essa foi uma das pouquíssimas regiões do mundo, de fato, que cresceu. Então, esse é o ponto que eu chamaria de mais relevante.

Vamos, então, passar, agora, à projeção dos números e das curvas de projeção, e a partir daí, poderemos, de fato, olhar isso aí com maior precisão.

O próximo slide, por favor.

Esta é a apresentação para a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. A ideia é exatamente demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais dos 1º e 2º quadrimestres, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Próximo, por favor.

O importante agora é nós frisarmos aquilo, mostrarmos graficamente aquilo que eu estava mencionando que é a grande incerteza da economia.

Então, nós temos, por exemplo, como foi evoluindo durante o correr do final do ano passado e o correr deste ano, como é que foi evoluindo a previsão de crescimento para este ano, 2021, do Brasil.

Então, nós começamos com a previsão de 3,40% como estão dizendo ali, ela caiu, subiu e começou a cair de novo.

Portanto, nós temos aqui essa demonstração. Enquanto isso, a inflação subindo de uma forma impressionante.

Quer dizer, a previsão que era de 3,3% no início do ano, a esta altura já está se aproximando de 10%. E isso tem impacto também na inflação.

Ali está 8,9% até setembro, mas já durante o mês de outubro essa previsão já subiu fortemente.

Então, nós temos aí uma série de fatores, mas são fatores temporários, porque ainda se prevê, evidentemente, uma queda do crescimento, no ano que vem, uma queda também da inflação.

Agora, vamos partir para os indicadores e inicialmente com os indicadores aqui fiscais, que são o propósito principal.

Começando com o resultado primário, nós temos aqui a evolução do resultado primário de 2018, 2019 e 2020, de 12 bilhões em 2018, 18 bilhões em 2019 e praticamente 20 bilhões em 2020.

Então, tivemos, portanto, 12 bilhões em 2018. Em 2019, tivemos 18 bilhões e em 2020 tivemos 19 bilhões e 960 milhões.

Muito bem. Quando nós olhamos, agora, o acumulado no ano do primário até o primeiro quadrimestre, então temos 15 bilhões, que é um resultado evidentemente superior à meta, por todas essas razões que eu mencionei.

E no 2º quadrimestre, acumulado no ano, portanto, chegando a 29,5 bilhões versus a meta de 14 bilhões. Também por essa razão.

Em resumo, o fato é que devido a um maior crescimento do que o esperado, devido a uma maior inflação, os resultados também, então, são evidentemente afetados.

Comparando, por exemplo, o 2º quadrimestre de 2021 com o 2º quadrimestre de 2020, nós vamos ver como foi de 13 bilhões em 2020 e passou a 29,5 bilhões em 2021.

Se nós passarmos para a Receita Corrente Líquida, agora acumulado 12 meses. Em 2018, 152 bilhões; em 2019, 160 bilhões; em 2020, 165 bilhões.

Houve uma recuperação aí forte no começo do ano. Ela caiu no final do ano. Ela caiu bastante, depois, no final do ano, com a recuperação da economia, ela voltou a subir, também quando começou o fenômeno da inflação.

Acumulado 12 meses até o 1º quadrimestre de 2021, 172 bilhões, e acumulado até o 2º quadrimestre, de 184 bilhões.

Bom. Isso comparado com o ano passado, de 161 bilhões até o 2º quadrimestre de 2020.

Ora, eu gostaria de chamar a atenção aqui exatamente para um aspecto da maior importância, que é a questão da inflação.

A inflação foi muito superior ao que todos esperavam, como se viu no mundo todo, não foi só no Brasil.

Então, se compararmos em relação ao período anterior, por exemplo, do 2º quadrimestre, nós vamos ver um crescimento de 14%, enquanto no ano passado tinha sido de 3%.

Agora, se nós fizermos aqui um desconto pelo IPCA, que é o desconto da inflação por exemplo, olhando aqui no 2º quadrimestre de 2021, isso já cai aqui para 8%.

Só que existe aqui um outro problema com a inflação. Não vou complicar muito, mas procurando ser o mais objetivo possível, é que a própria inflação também está mudando muito.

Uma coisa é o IPCA, que é o item ao consumidor, mas os itens do atacado variam muito, o chamado IGP-DI e IGP-M.

Então, se nós, por exemplo, descontarmos, atualizarmos essa arrecadação pelo IGP, no caso IGP-DI, que corrige uma série de preços da indústria, por exemplo, nós teríamos na realidade uma queda real, apesar desse aumento nominal, esse aumento numérico da inflação, levando a um aumento do número de arrecadação.

Mas o fato é que as despesas aumentam em função exatamente do aumento da inflação.

E o mais complicado aqui é que itens diferentes da economia são corrigidos por itens diferentes.

O que eu quero dizer aqui é o seguinte. Tornando simples um assunto que poderia ser complexo. O fato é que normalmente esses índices todos são próximos, IGPD-U, IGP-DI, IGP-M, o IPCA etc.

Só que agora, este ano, que virou todo esse desarranjo da economia no mundo inteiro, da pandemia etc., houve uma grande diversidade de índices.

Então, depende muito, a arrecadação de um produto específico, de saber exatamente qual foi a inflação daquele produto.

Então, isso aí é um cálculo complexo. Mas a média é isso que eu mostro aqui.

Se fizermos aí um desconto pelo IGP-DI houve inclusive uma queda, e se for pelo IPCA, na realidade, um aumento de 8%.

Então, é uma situação, que no ano passado houve também, mas em uma escala menor.

Agora, vamos falar aqui um pouco do resultado previdenciário, como é que ele evoluiu aqui durante os primeiros três anos, acumulado no ano, 19 bilhões em 2018, 22 bilhões em 2019 e 27 bilhões em 2020.

Aqui nós temos uma queda no 1º quadrimestre de 2021. É importante nós, no entanto, chamarmos aqui a atenção para o fato de que durante o ano passado houve um resultado positivo que surpreendeu no final da Receita, do Tesouro etc.

Então, houve uma decisão de fazer um aporte na SPPREV de um valor suficiente, amparado na legislação etc., mas já para antecipar o déficit previsto para 2021.

Na medida em que isso deveria ser coberto pelo Estado de qualquer maneira.

Muito bem. De qualquer maneira a contribuição patronal, nós vemos aí como é que ela vai evoluindo, no 2º quadrimestre, 4 bilhões e 500 milhões versus 4 bilhões e 100 milhões no ano passado.

A contribuição dos segurados aí, 5 bilhões e 400 milhões versus os 3 bilhões e 500 milhões.

E as diversas despesas previdenciárias aqui, portanto, de 21 bilhões, aqui até o 2º quadrimestre, acumulado no ano versus 24 bilhões no ano passado.

Passando para o Pessoal Executivo, nós temos aqui uma evolução destas despesas com o Pessoal Executivo, com 69 bilhões, 71 bilhões, 74 bilhões e 900 milhões até 2020.

Mas isso aqui acumulado 12 meses. É importante mencionar isso, e temos aqui os números acumulados aqui até o 2º quadrimestre, de 72 bilhões e 176 milhões versus 71 bilhões e 300 milhões no ano passado.

O resultado nominal, que no ano passado, inclusive, foi negativo, e foi muito negativo em 2020, eu gostaria de chamar a atenção para isso, que recebemos um estado com um resultado nominal de 20 bilhões.

Isso melhorou um pouco já no ano de 2019. O ano de 2020 foi um ano difícil, evidentemente, mas estamos aqui no 2º quadrimestre já com 40 bilhões e 900 milhões, resultado nominal, isto é resultado de diversas coisas.

É resultado de uma administração bem feita, rigorosa, administrar um bom crescimento do estado, em virtude de todas as ações tomadas pelo governo, inclusive, o estado está crescendo etc.

E também um resultado que a gente precisa olhar com cuidado aqui, que é a questão da inflação, porque isso é um problema claro na economia brasileira.



Houve período no passado em que o Brasil teve problemas sérios com isso. A inflação subia, aumentava a arrecadação, depois, com queda da inflação, isso gerava um problema financeiro grave para o setor público.

Passando agora para um dado importante, que é a Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida, nós vamos ver que ela está caminhando bem, exatamente em função desse aumento da receita, como dissemos.

Se nós olharmos aqui, comparando o 2º quadrimestre de 2020 com 2021, o 2º quadrimestre de 2020, um índice de 1,66 versus o 2º quadrimestre de 2021, índice de 1,27.

Quer dizer, nós estamos, de fato, bem dentro daquilo que é definido pela Lei da Responsabilidade Fiscal e etc. Em resumo, o endividamento do estado está bastante sob controle.

Ao contrário de outras situações e que são notórias no País hoje, nós não estamos fazendo uma evolução dessa dívida que torne a situação insustentável para o governo seguinte. Muito pelo contrário, a administração aqui é bem feita.

A Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida, então mostra exatamente aqui também a mesma linha, quer dizer, no 2º quadrimestre de 2020 com 2,04 e agora com 1,73. E a Dívida Consolidada que era de 328 bilhões caindo para 320 bilhões.

Então, para tudo isso eu gostaria de chamar a atenção, que é algo para o qual nós estamos construindo uma base sólida aí para inclusive o desempenho do estado nos próximos anos. Muito bem. Agora o slide seguinte, o B.1, as Receitas.

Então, entrando naquele ponto que eu mencionei logo no início as Receitas Totais, como elas evoluíram, 2º quadrimestre de 2020 para 2021, de 145 bilhões para 176 bilhões, e uma diferença de 31 bilhões.

Nominal de 21% e real de 13%. Mas, de novo, esse real aqui é calculado pelo IPCA. Só para a gente ter em mente que hoje até o cálculo da inflação é complicado. Mas tudo bem. Por causa da pandemia e de todo esse problema que tivemos.

Portanto, de janeiro a dezembro de 2020, nós tivemos 229 bilhões de Receita Total e nós tínhamos uma previsão da LOA de 246 bilhões, uma diferença de 16 bilhões, uma variação nominal de 7,3%.

Se olharmos, agora, isso é Receita Total, a Receita Corrente, 226 bilhões de janeiro a dezembro versus 237 na LOA para o ano de 2021. Portanto, 226 bilhões para 2020, 237 bilhões para 2021.

Em Receitas Correntes, agora olhando o 2º quadrimestre de 2021 com o 2020, nós vamos ver aí esse crescimento de 144 bilhões para 174 bilhões, de janeiro a agosto.

Vamos ver aqui as Receitas Tributárias, crescendo de 117 bilhões para 148 bilhões, dos quais ICMS cresceu aqui para 118 bilhões dos 91 bilhões, IPVA de 14 bilhões para 16 bilhões, ITCMD de 1,6 bilhão para 2,5 bilhões, e até o imposto de renda, uma pequena queda em função de questões aí federais.

Muito bem. Nós temos, portanto, uma evolução aqui, se nós olharmos aqui nos números, uma evolução nominal alta, como mencionei, de Receita Tributária, 26%, uma receita real descontada pelo IPCA de 17 %.

E se nós olharmos de janeiro a dezembro agora, nós estamos com número, portanto, de Receita Tributária 186 bilhões e a LOA tendo a previsão de 201 bilhões.

Portanto uma diferença nominal de 8,2%.

Receitas de Contribuições, também, temos aqui evoluindo, portanto, 2º quadrimestre de 2020 para o 2º quadrimestre de 2021, subindo aqui de 3,6 bilhões para 5,6 bilhões.

Comparando com o ano de 2020 e a LOA, nós temos aqui, nas Contribuições, 8,6 bilhões e 8,9 bilhões que estão previstos na LOA.

Receita Patrimonial, de 2,4 bilhões para 4,4 bilhões, 3 bilhões para 5 bilhões, que estão na LOA.

De novo, existe aqui toda uma série de itens que têm uma certa influência, inclusive, da inflação.

Transferências Correntes, aqui Transferências Correntes que no ano passado foram um pouco mais, digamos assim, robustecidas pelas transferências federais aprovadas pelo Congresso Nacional, de que este ano, então, já cai para um patamar, digamos assim, mais recorrente.

No ano passado, então, toda aquela PL 73 etc., que foram as aprovações federais de auxílio aos estados para enfrentar a pandemia etc.

E as demais Receitas Correntes aqui com crescimento normal, de novo, dentro da linha da inflação. E de um certo crescimento da economia, esse é o ponto.

Receitas de Capital, um crescimento aqui de 1 bilhão para e 1 bilhão e 800 milhões, no 2º quadrimestre, e a LOA previa, portanto, de 2 bilhões e 800 milhões para 8,5 bilhões, dos quais a operação de crédito não foi...

Não tivemos agora muita coisa realizada, por uma série de dificuldades específicas nas quais nós vamos entrar em seguida na questão dos investimentos, mas que estão já resolvidas, e os investimentos já estão acelerados.

Houve uma grande questão de, por exemplo, obras que tiveram que ser renegociadas etc. E foi, então, todo um processo bastante complexo, mas que está equacionado e indo bem.

Nós temos aqui Alienação de Bens, valores que nesse período, de fato, foram de mais difícil execução, apesar de que existia aqui na LOA uma previsão grande, mas que, de fato, isso é um processo que está bem, agora sim começa a ser retomado com a retomada da economia.

Porque isso é importante. Com a pandemia, nós tivemos a paralisação de uma série grande de atividades, isso é que é o relevante.

Transferência de Capital, também mais ou menos de acordo com o que nós estávamos prevendo, de 120 bilhões, o ano está aqui com 118 bilhões, mas com a retomada grande agora. Outras Receitas de Capital também.

Portanto, esse é um quadro geral das Receitas. Próximo slide, por favor.

Agora, vamos olhar o ICMS por setor econômico. Então, nós vamos ver como isso está evoluindo aqui desde o início de 2018. Nós vamos ver aqui como o ICMS oscila aqui entre esse número na indústria, por exemplo, de 33% chegando agora a 35,9% quase 36%.

Comércio e serviço ainda era 39%, agora 37%. Caiu um pouco. A indústria se aproxima um pouquinho agora de comércio e serviço.

Que é uma notícia interessante, quer dizer, não há dúvida de que houve um processo.

Se nós olharmos para anos anteriores é um processo grande de desindustrialização da economia brasileira, não de São Paulo, e que, principalmente no estado de São Paulo nós conseguimos reverter bastante isso, de maneira que a indústria, na realidade, se aproximou do comércio, ao invés do que estava acontecendo.

Principalmente, por exemplo, quando entramos no governo, nós tínhamos uma tendência, se olharmos ali, de abertura entre o serviço e a indústria, no sentido de que a indústria estava perdendo um pouco de participação, já recuperou.

Como estão vendo, já está superior ao que existia em janeiro de 2018, por exemplo.

Preços administrados mantendo, caiu um pouquinho, notadamente nos últimos anos. Mas, em resumo, a economia e crescendo de forma equilibrada.

Próximo slide, por favor. Muito bem. Agora, vamos falar das despesas, aqui, no caso, das Despesas Totais.

Nós temos aqui as Despesas Totais inicialmente em Pessoal e Encargos. 57 bilhões no 2º quadrimestre de 2020 e 55 bilhões no 2º quadrimestre de 2021.

Aqui um resultado de uma, digamos, de uma gestão séria, rigorosa e muito preocupada com investimento no Social. Quer dizer, hoje há uma necessidade muito grande de investimento no Social, isso é que o importante. E a administração está respondendo a isso.

Então, se nós formos comparar, por exemplo, janeiro a dezembro de 2020 com a LOA, nós já vimos aqui que previa um pequeno aumento, mas, na realidade, equilibrado. Quer dizer, em resumo, nós estamos aqui em números bastante equilibrados.

Os Ativos de 31 bilhões e 700 milhões para 32 bilhões e 400 milhões, subindo um pouquinho, depois eu vou mostrar o porquê, exatamente, principalmente pela correção dos Poderes.

O Ministério Público, o Tribunal de Justiça etc., que receberam, segundo as normas aí, o 5,2% de correção.

Mas na realidade são diferenças pequenas, na realidade. E em virtude da boa reforma da previdência aprovada aqui por esta Casa, nós temos uma pequena queda aqui nos Inativos e Pensionistas de 25 bilhões para 23 bilhões.

A LOA já previa isso de 44 bilhões para 42 bilhões no ano todo.

Portanto, algo que está em linha com a necessidade de investimento do Estado no Social, principalmente. Vamos falar sobre isso, quer dizer, com toda essa questão, hoje estamos vendo aí Vale Gás (Inaudível.) etc.

Existe uma necessidade, de fato, de auxílio direto aos mais necessitados hoje. Além de programas de investimento que geram empregos, isso é importante.

E vamos logo, também, mencionar isso.

Custeio. De 32 bilhões para 35 bilhões. Uma avaliação real pelo IPCA de 2,6% apenas e uma avaliação, se levarmos em conta outros índices de inflação, inclusive, de uma queda. Mas, de novo, depende muito do item de despesa do qual estamos falando.

E que está em linha com a LOA, de 55 bilhões e 900 reais para 56 bilhões e 900 reais, um crescimento de 1,8%.

Transferências Constitucionais a Municípios. Isso reflete exatamente o aumento da arrecadação, reflexo, como eu mencionei, por causa da inflação, e, portanto, nós temos aí

um aumento de 30 bilhões para 38 bilhões. E isso já estava previsto, evidentemente, na LOA.

Sentenças Judiciais. De 1,5 bilhão para 3,8 bilhões, quando a LOA, na realidade, previa uma pequena queda. Mas aqui, não é algo, exatamente, de que se possa ter o controle, exatamente, sobre isso.

Mas estamos aí, nossa procuradoria está fazendo um trabalho excelente, o melhor possível.

No caso do Serviço da Dívida, Juros e Encargos subiram, taxa de juros, subiram bastante, de 2,7 bilhões, mas isso já previsto na LOA, de 2,9 bilhões, a LOA previa, para 13,4 bilhões.

E Amortização da Dívida, 2,9 bilhões para 5,6 bilhões, também em linha com o que já previa também a Lei Orçamentária, de janeiro a dezembro, de 3,8 bilhões para 10,4 bilhões.

Os Investimentos, nós temos aqui de 3,7 bilhões para 3,6 bilhões, isso até agosto. Eu vou falar depois dos investimentos e o que está já acontecendo a partir de setembro.

Que houve aqui uma retomada fortíssima, exatamente em função não só da questão da disponibilidade, mas também do fato de que as atividades começam a voltar ao normal.

Então, é possível se retomar as obras. Tinha muita restrição antes, evidentemente, por conta da própria pandemia e das inversões financeiras.

Portanto, se olharmos agora as Despesas Totais, nós vamos ver que houve um crescimento normal aqui de 130 bilhões para 149 bilhões, sendo que o crescimento real pelo IPCA de 6,5%, 14% nominal. Havia uma previsão aqui na LOA de 11%.

Mas, de novo, isso aqui depende muito das taxas de desconto da inflação de cada item etc.

Despesas Correntes aí de 124 bilhões para 140 bilhões e com crescimento aí de 5,2% versus o crescimento previsto na LOA de 6,9%. Bastante próximo, principalmente, de novo, esse assunto da inflação que é importante.

Despesas de Capital, esse crescimento aqui é real de 31% e uma LOA que previa até um crescimento maior, mas, de novo, isso é algo, agora, que se começa a executar.

Portanto, se nós olharmos, compararmos isso com Receita Totais, nós vamos ver, então, que Receitas Totais de 145 bilhões, do 2º quadrimestre de 2020, para 176 bilhões, do 2º quadrimestre de 2021.

E em 2020, comparado com a Lei Orçamentária de 2021, nós temos aqui 229 bilhões para 243 bilhões, com 7,3% de crescimento.

Receitas Tributárias, dessas Receitas Totais, de 117 bilhões para 148 bilhões, de 2º quadrimestre a 2º quadrimestre. E aqui, de 2020, comparado com a LOA, de 186 bilhões a 201 bilhões.

Estamos aqui avançando mais ou menos de acordo com o que poderia se esperar nesse quadro que eu já descrevi de crescimento do estado e também do impacto da inflação.

Continuando, agora passando aos Investimentos. Então, o que que nós temos aqui em relação aos Investimentos.

Nós temos os Investimentos que nos executados de janeiro a agosto, de fato, houve um pequeno aumento em relação aos executados em 2020. De 3,3 bilhões para praticamente 3,5 bilhões, com crescimento nominal de 5,7%.

Por outro lado, um subtotal das organizações aqui OFSS de 3,7 bilhões para 3,6 bilhões, uma pequena queda.

Empresas Estatais Não-Dependentes, um pequeno aumento, total, por exemplo, mostrando aqui um pequeno aumento, um aumento de 0,5%.

No entanto, eu já gostaria de adiantar que há uma previsão, e já começando a se executar, já com a execução em setembro, muito forte.

E isso foi resultado até agosto, principalmente pela pouca disponibilidade de recursos e empréstimos federais e diversos órgãos aí durante esse período da pandemia, mas o programa de investimento Pró São Paulo, que foi anunciado em setembro de 2021 agora, anunciou o investimento previsto de 47,5 bilhões, entre setembro de 2021 e dezembro de 2022.

Então, um salto substancial, o Estado vai investir. Então, a pergunta é a seguinte: o que que o Estado vai fazer com esse aumento de arrecadação? Investimentos. E que tipo de investimentos?

Bom, diversos tipos. Investimento em hospitais, escolas, Segurança Pública, infraestrutura, Transportes, rodovias etc.

E aqui é muito importante, porque nós vamos ter, por exemplo, aqui 8.000 obras que vão gerar 200 mil empregos.

Então, isso não gera só atividade econômica, mas gera aumento do emprego, e isso é fundamental, o melhor programa social que existe é o emprego.

Além do mais, existem todos os programas sociais. Em resumo, o Estado está aqui reagindo à realidade e ao que é necessário operar hoje para a população, que é investimento nas questões fundamentais e também programas sociais importantes.

Importante atender aqueles que hoje estão necessitando, isto é que é o fundamental, quer dizer, nós temos que atender as prioridades.

Os investimentos pagos, por exemplo, apenas demonstrando o que eu estou falando, os investimentos pagos até setembro de 2021 são 11% maiores do que o mesmo período de 2020, portanto já é diferente.

O investimento em setembro, por que há esse aumento? O investimento em setembro de 2021 alcançou 2 bilhões de reais versus aqui 534 milhões em 2020.

Então, em setembro, já houve 4 vezes mais investimentos do que em 2021, por quê? Porque há uma retomada da normalidade, uma retomada das obras, em função já do avanço da vacinação etc. e da disponibilidade de recursos.

Então, existe aí um grande plano de investimento de previstos, portanto, como eu mencionei, de setembro de 2021 a dezembro de 2022, de 47,5 bilhões de reais.

E, de novo, não só são investimentos que geram empregos em pequenas obras no estado todo e algumas obras maiores e investimento em Educação, investimento em Segurança, investimento em Saúde, investimento em Social etc.

Além de Transporte. Em resumo, aquilo de que a população está precisando de fato neste momento. Isso é fundamental, nós deixarmos isso muito claro.

Inversões Financeiras aqui já é uma diferença menor, porque exatamente está se fazendo na medida da disponibilidade o investimento onde ele é necessário.

E aí, os pontos que eu já mencionei, as Organizações etc., as Empresas Estatais Não-Dependentes e tal.

Próximo slide, por favor. Agora nós vamos falar aqui no Regime Próprio da Previdência dos Servidores Públicos, como ele veio subindo.

E houve aqui, então, um movimento importante, como eu mencionei, no final do ano passado, em dezembro, que houve já um aporte do Tesouro, segundo previsão legal etc., já no Regime Próprio de Previdência, aproveitando uma subida forte de Receita que deu no final do ano passado, exatamente para diminuir o déficit este ano do Regime Próprio da Previdência.

Então, se nós olharmos a composição das Receitas, nós vamos ver, portanto, que houve aqui uma diminuição aqui do Aporte do Tesouro.

Mas, de novo, porque houve um aporte mais forte no final do ano passado. Essa aqui, por exemplo, de 19 bilhões para 22 bilhões, só que ao invés de subir aqui para 24 bilhões subiu para 27 bilhões. Isso permitiu que caísse um pouco em 2021.

Então, essa é a composição das Receitas em geral. Contribuição do Servidor tendo a sua progressão normal. Contribuição Patronal também crescendo aí muito de acordo com o ritmo da economia, do emprego etc.

Os Royalties aqui, evidentemente, aqui que obedece aí a realidade, que é, de fato, a instalação do petróleo. Próximo, por favor.

Agora falando do resultado primário. Temos essas Receitas Primárias totais de 144 bilhões, do 2º quadrimestre, para 175 bilhões, diferença de 30 bilhões e 900 milhões, nominal 21 %, real 13%, mas, de novo, real aqui calculado pelo IPCA.

Se calcularmos pelo IGP-DI ou IGP-DM chega até negativo. Então, é muito difícil, hoje, com toda essa desorganização da pandemia saber exatamente qual é o índice de inflação de cada item da indústria etc.

Receitas Primárias Correntes de 143 bilhões, portanto, para 173 bilhões, aqui com a mesma questão, a diferença nominal de 20,9% e 12,8 % real, com IPCA.

Receitas Primárias de Capital de 500 milhões para um bilhão e 400 milhões, há aí também uma evolução mais pontual etc.

Portanto, e Despesas Primárias Totais? Nos tivemos um aumento de 125 bilhões para 139 bilhões e 900 milhões, um aumento de 11% e um aumento real de 4,1%. Despesas Primárias de Capital diminuindo um pouquinho.

Portanto, Superávit Primário passou de 13 bilhões para 29 bilhões, com a diferença de, portanto, 16 bilhões, uma variação nominal grande, é evidente, mais do que dobrou, 119 %, e uma variação real grande se levarmos em conta o IPCA.

Quer dizer, isso é resultado de uma boa administração, levando em conta o caráter temporário do aumento da inflação etc., um crescimento econômico forte este ano, mas não comprometendo a administração do estado para os próximos anos. Isso é fundamental, administração fiscalmente responsável.

Quando nós comparamos aqui com as metas da lei, queda de 4 bilhões e 700 milhões para 14 bilhões.

Agora, por que que já não previu exatamente esse aumento? De novo, eu mostrei logo no início da apresentação como foi pouco previsível a evolução da economia, dos números e da inflação.



A inflação surpreendeu, começou com a previsão de 3% e já está em 10% para este ano.

Isso impacta, obviamente, a arrecadação, por exemplo. Mas, o ano que vem voltando ao normal, Banco Central com juro elevado, não só cai a atividade, mas cai a inflação.

Então, nós temos que levar em conta que nós precisamos ter cautela. Períodos no passado nos quais o Brasil já entrou em euforia com aumento de arrecadação por inflação elevada etc. e teve problema depois, grave, sério.

Eu já vivenciei isso no governo federal assumindo a situação quando eu fui para poder tentar resolver o problema, e infelizmente avançou bem.

Então, é esse o quadro, portanto, do resultado. A LDO já previa, obviamente, um resultado melhor do resultado primário. Agora vamos falar da dívida. E.1. Dívida.

Nós temos aqui, em milhões, uma Dívida Consolidada que sobre de 312 milhões, que é 195% da Receita Corrente Líquida, de 2019 para 2020, no 3º quadrimestre, de outro, 198,9% da Receita Corrente Líquida.

Agora, no primeiro quadrimestre de 202,1 já cai para 192% e no 2º quadrimestre, já cai para 173%.

De novo, estabelecendo um quadro sólido, saudável para as contas públicas nos próximos anos.

Não tem Dívida Mobiliária. Dívidas Contratuais de 180% da Receita Corrente Líquida em 2019, 3º quadrimestre, para 182% em 2020, e agora 173% no 1º quadrimestre, 158% no 2º quadrimestre. Mesma coisa, o mesmo processo que já descrevemos.

Mesma coisa ocorrendo com Precatórios. Olhando os percentuais apenas, de 14% para 16%, indo para 19%, caindo para 14%, aqui já no 2º quadrimestre.

Então, isso aí sendo pago etc. no devido tempo, e, evidentemente, não ocorrendo aqui o que autoridades aí de outras áreas etc. estão apenas fazendo declarações altas, fortes aí, “caiu meteoro do precatório na cabeça etc.”, olhando os precatórios para o próximo ano.

Isso aqui nós estamos cuidadosamente prevendo tudo certinho, não tem meteoro nenhum. Resumo, as coisas vão funcionando de acordo com a normalidade no estado de São Paulo.

Outras dívidas, valores pequenos e um percentual próximo de zero da Receita Corrente Líquida.

Agora vamos falar sobre Disponibilidade de Caixa.

No 3º quadrimestre de 2019 era 28 milhões, 17% da receita. No 3º quadrimestre de 2020, 44 milhões, já aumentou para 26%. No 1º de 2021, 51 milhões, já aumentou para 30%. E 2º quadrimestre de 2021, 62 milhões, já aumentou para 33%.

Em resumo, foi exatamente resultado de todo esse processo que eu descrevi até agora, uma administração preparando o estado para esse momento em que a economia está caindo.

Por exemplo, o crescimento do Brasil, para 2022, se previa mais de 2%. Já caiu, está caindo, está caindo, está em 1,3%, 1%, e já existem, inclusive, instituições sólidas que estão prevendo crescimento negativo para o Brasil, evidentemente. É bom estarmos alertas a isso.

Então, muito importante nós estarmos olhando à frente, preparando o estado de São Paulo para continuar sendo uma boa administração, tendo bons resultados, olhando à frente. Muito bem.

Dívida Consolidada Líquida, o limite máximo, olhando o 3º quadrimestre de 2019, era 320 milhões, o realizado 266 milhões, 200% o máximo, 166% o efetivo. 200% o máximo no 3º quadrimestre de 2020, 166%.

Agora, no 1º quadrimestre de 2021, 200%, o máximo é sempre o mesmo, obviamente, como os senhores sabem tão bem quanto eu, e caiu para 149%, e 126% no 2º quadrimestre de 2021.

Então, esse gráfico mostra bem esta evolução, o que mostra bem a boa administração do estado, tendo em vista, inclusive, garantir um bom desempenho nos próximos anos.

Então, este é o ponto. Porque se nós olharmos aqui na linha abaixo, aqui a Receita Líquida Ajustada, ajustando aqui pela diferença de limite, pela Receita Corrente Líquida, nós vamos ver que ela está também uma evolução normal.

Próximo slide, por favor. Agora vamos ver a Dívida, que é exatamente aquilo ao que eu estava me referindo. A trajetória da Dívida e a Dívida Corrente Líquida sobre a Receita Corrente Líquida, essa relação, e o limite que são os 200% o dois aqui.

Então, vamos ver aqui como esse limite foi ultrapassado no início aí da década, deste milênio, no ano de 2002, 2003 e 2005, 2003, 2004 e 2005, quando atingiu o máximo, depois caiu, subiu um pouco, 2017 e 2018, mas depois, nesta administração, aí, de novo, esta boa administração e aproveitando essas contingências de possibilidade de aumento de arrecadação este ano particularmente, e uma administração responsável.

Além do mais, com dificuldades de endividamento, em função, por exemplo, de dificuldade de aval ou de garantia do governo federal, que está com dificuldade de conceder essas garantias etc. Ou mesmo de órgãos internacionais.

Em resumo, é um momento de restrição, inclusive, nessa área de endividamento, o que não tem impedido, muito pelo contrário, o Estado de expandir os seus investimentos.

Não está precisando de se endividar para expandir os investimentos, pelo contrário. Dívida está caindo, grande parte disso por dificuldades, inclusive, do governo federal na concessão de aval, de garantia etc., mas o fato é que apesar disso o Estado está indo bastante bem.

Agora, Despesa de Pessoal, do Poder Executivo, nós vamos ver aqui a Despesa Bruta de 76 milhões no 3º quadrimestre. Vamos agora falar dos percentuais, 47 % da Receita Corrente Líquida em 2019, 49% em 2020, 45% no 1º quadrimestre de 2021, 43% no 2º.

Em resumo, seguindo essa tendência que estamos mencionando em todos os itens.

As deduções sem maiores surpresas. E um dado importante é que, evidentemente, é que contrato de terceirização etc. não tem existido nos últimos anos.

Despesa Líquida com Pessoal, portanto Limite Prudencial e o Limite Máximo eram de 46% e 49% em 2019, foi a 44%. O Prudencial de 46,5% foi de 45% em 2020, caindo um pouquinho aqui em relação ao ano anterior, quer dizer, ele de 45% caiu para 41%.

Então, 1º quadrimestre, mantendo-se aqui o limite obviamente de 46% do Prudencial e caindo para 39% agora em relação ao Limite Prudencial de 46%.

De novo, a linha certa, quer dizer, tomando aí como base de que esse aumento de Receita, isso é produto de inflação, de uma retomada forte da pandemia, é para ser olhado com cuidado.

Porque se não nós podemos ter problema grave à frente, na hora que isso se ajustar, não podemos aqui deixar de ter uma estrita responsabilidade fiscal.

Despesa de Pessoal de todos os Poderes, temos aqui o Máximo para o Executivo em vermelho e o Máximo para todos os Poderes.

Nós vamos ver aqui a evolução do Executivo e a evolução dos demais Poderes.

Então, em azul claro, nós temos todos os Poderes somados e vamos ver aí como estamos bem dentro desses dados e bem dentro, portanto, dos limites da boa administração financeira do Estado e fiscal.

Agora, já nos encaminhando para o final, próximo slide, último slide, Operações de Crédito.

Operações Internas, construções de três Complexos Hospitalares, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba, com financiamento do BNDES, foi o valor mais substancial.

Metrô, a Linha 17 (Ouro) de Congonhas à Rede Metroviária.

EMTU, o corredor Itapevi-São Paulo, trecho Jandira, da Vila Iara. E a macrodrenagem do Rio Baquirivu aqui em Baquirivu-Guaçu, da 1ª etapa. Essas as linhas de crédito internas.

Externas, expansão da Linha 5 do metrô, o Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde, o Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente. Total, portanto, de 184 milhões.

Portanto, esse é o quadro geral. Eu gostaria já de chamar a atenção, estamos falando aqui, inclusive, de investimento, para os projetos que demandarão recursos do Estado de investimentos que já estão em andamento.

Projetos que estavam parados etc., que foram reequacionados, renegociados, ajustados.

Por exemplo, a Linha 6 Laranja, retomada de obras, aportes previstos em 2021 a 2025, 6,8 bilhões. Linha 2 Verde, do metrô, 5,9 bilhões, até 2023.

Tamoios, os aportes previstos para obra dos contornos, 1,8 bilhão. CDHU, um bilhão, expansão dos investimentos de moradia popular, programa de desenvolvimento habitacional de São Paulo, subsídio por crédito imobiliário, melhorias, construções e habitações e o reassentamento habitacional.

E o Banco Desenvolve São Paulo, um bilhão de reais. Um aporte para financiamento de infraestrutura, sendo de 600 milhões para municípios e 300 milhões para a Santa Casa.

Eu vou falar aqui sobre um assunto que eu mencionei de passagem, vou dar um pouquinho mais de detalhe, o crédito suplementar que foi feito no final do ano passado para a SPPREV.

No final do exercício de 2020, em função do Superávit Financeiro do Tesouro, como eu mencionei, que houve um avanço da arrecadação no final do ano, quando começou a retomar a economia e as pessoas começaram a ver a perspectiva da vacinação, começando no início do ano e voltaram mais forte, foram transferidos 3,5 bilhões ao fundo.

E só foi feito na formalidade aporte financeiro, suplementar, esse aporte financeiro foi suplementar à SPPREV para a cobertura da insuficiência de 2021. Equacionar o significativo déficit orçamentário estimado para esse exercício.

É permitido aqui, eu mencionei nos termos da lei, então, vou entrar no detalhe, é permitido ao fundo previdenciário da SPPREV receber aportes extraordinários do Estado, a lei Complementar 10 de 10 de 2017.

E a medida foi materializada pelo decreto nº 6530, de 09 de dezembro de 2020.

Muito bem, o que eu quero dizer é o seguinte. O estado vai bem. A economia está crescendo bem.

Eu vou, então, concluir com esse resumo, que diz que o estado de São Paulo, em 2019, cresceu mais do que o dobro da média nacional. Em 2020, o Brasil caiu 4,1%, o estado de São Paulo cresceu 0,3%.

Em 2021, espera-se um crescimento de São Paulo acima de 7%, em cima de uma base real, sólida, o ano passado, que não foi uma queda.

Portanto, São Paulo, de fato, está também na economia tendo efeitos reais de uma gestão econômica com medidas adequadas etc.

E também é necessário dizer que foram criados, este ano, já cerca de 704 mil empregos em São Paulo, até o mês de setembro.

Isso significa renda, isso significa comida no prato, isso significa exatamente mais consumo e realmente a economia começando a girar, e é esse o ponto importante.

Quer dizer, os resultados estão aí positivos e, no entanto, sendo tratados com responsabilidade.

Prevendo que nós podemos ter tempos difíceis à frente, se nós olharmos inflação, 10%, previsão de crescimento do Brasil chegando a ser negativo até o ano que vem, problemas aí fiscais importantes aí de risco de furar o teto de gastos etc., pode gerar consequências importantes na economia.

Os mercados agitadíssimos etc. Bolsa caiu aí 7% etc. Então, estamos levando em conta esse cenário nacional todo para administrar tudo isso com muito cuidado e preparando o estado exatamente para enfrentar qualquer coisa à frente.

Basicamente é isso. Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, secretário. Neste momento, vamos passar, então, a palavra aos nobres deputados, para fazerem as suas perguntas, as suas explicações.

O primeiro inscrito é o nobre deputado Enio Tatto. Tem, V. Exa., por ser membro efetivo até 10 minutos para a sua explanação, deputado, por favor.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Obrigado, deputado Gilmaci, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. Quero cumprimentar...

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Deputado, antes só me permita, vou voltar o seu tempo. Também está com a gente aqui, presencialmente, neste momento, o vice-presidente desta Comissão, o deputado Sr. Dalben e também pelo Zoom o nobre deputado Edson Giriboni. Obrigado.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Quero cumprimentar o secretário, ministro Henrique Meirelles. Cumprimentar o líder do Governo Camarinha.

Cumprimentar meu amigo, colega de muitas audiências públicas neste estado de São Paulo, deputado Dirceu Dalben, vice-presidente da Comissão.

Carla Morando, que estava aqui presente. E cumprimentar a todos que estão on-line, nossos colegas da Comissão.

Anotei algumas coisas aqui, mas na exposição do secretário, eu quase desanimei de fazer as perguntas e de questionar. Por quê?

Esta Comissão, secretário, terminou de fazer 26 audiências públicas em todo o estado de São Paulo, em todas as regiões do estado de São Paulo.

Desde o Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema, desta vez a gente chegou até Euclides da Cunha, Vale do Paraíba, Baixada Santista, região de Ribeirão Preto, Araçatuba.

Além disso, na última semana, eu visitei três hospitais estaduais, que fecharam os prontos-socorros, plena pandemia.

E foi aprovado, e eu fiz, na última semana, duas grandes audiências públicas, uma na área da Saúde, aonde não foi nenhuma autoridade do governo, e uma na área do Transporte, aonde também não foi nenhuma autoridade do governo.

E nessas audiências públicas, na primeira nós ouvimos sessenta e poucas pessoas falando, e do Transporte a mesma coisa.

O que dá para entender, Henrique, e eu fiquei meio desanimado, é que quando a gente vê um quadro desse, a gente percebe que o governo, secretários, quem está lá no

palácio, quem está nas secretarias, talvez até nós aqui da Assembleia Legislativa, nós estamos totalmente por fora de tudo.

É um quadro que deixa... A última palavra aqui foi: “o estado de São Paulo vai muito bem”. Mas, secretário, o povo vai muito mal. Mas muito mal mesmo.

A situação que o povo está vivendo aqui no estado de São Paulo com esse Orçamento é muito ruim, é péssima.

Hoje, pela manhã, eu participei, junto com o vice-governador Rodrigo Garcia, da inauguração de um Bom Prato, lá na Cidade Dutra, perto de onde eu moro.

O senhor precisa ver a alegria daquele povo, daquela população porque estava inaugurando um Bom Prato. Teve um vereador até que falou, o Milton Leite, falou: “o Bom Prato é o pronto-socorro da fome”.

No lugar de ficar feliz da vida a gente deveria ficar muito triste que nós estamos inaugurando um Bom Prato e essa felicidade. Por quê?

Por causa do desemprego, por causa da fome. Por causa da miséria que está neste país e aqui em São Paulo, também, é a mesma coisa.

E aí, eu vou fazer algumas perguntas, que a gente não consegue entender.

E se o secretário ou o governo Doria fizesse as audiências públicas de uma forma didática para o povo entender, lá onde nós fomos fazer as audiências públicas, em todo o estado de São Paulo, para aquele povo que participou das audiências públicas e que não tinha nem um representante do governo e ouvisse esse povo, ia ficar com vergonha de mostrar esses resultados do estado de São Paulo.

Com vergonha, porque é bom para o estado, mas muito ruim para a população.

Vamos começar aqui na receita, o governo prevê uma atualização de Receita e da Despesa para 2021.

Na Receita se prevê um crescimento de 21,3 bilhões e na Despesa de apenas 1,5 bilhão.

Primeiro modo, a gente fica feliz da vida, não? Uma Receita enorme, vamos gastar menos. Gastar menos com quem?

Além disso, o governo prevê um superávit orçamentário de 27 bilhões. Governo está segurando as despesas neste ano para ter mais recurso no ano que vem?

A disponibilidade de caixa, no final de 2020, somava 26,2 bilhões. Em 2021, esse valor chegou a 59,36 bilhões, um crescimento de 33,15 bilhões ou 126% a mais.

Quais os motivos que levaram a esse crescimento estrondoso da disponibilidade?

Imagina falar que tem 59 bilhões em caixa no mês de outubro e tudo aquilo que a gente ouviu, deputado Gilmaci, deputado Dalben, nós três fomos os que mais andamos este estado. Tudo aquilo que a gente ouviu em todas as regiões do estado de São Paulo.

Aí a gente começa a analisar algumas coisas. Vou pegar primeiro aqui a questão da publicidade.

O governo previa gastar 194,2 milhões com a subfunção comunicação social e até 22 de outubro já havia gastado 241 milhões, ou seja, um crescimento de 47,2 milhões ou 24,3%.

Quais os motivos para o crescimento do gasto com comunicação social?

Pandemia não deixou para retomar os investimentos, segurou um monte de coisa. Quer dizer que a publicidade e a comunicação não tiveram problema de pandemia? Vamos gastar.

Gasto com comunicação e parte dos gastos com publicidade, que cresceram 61,5 entre 2020 e 2021, lembrando que esses dados são de 22 de outubro, é bem recente, o gasto com publicidade institucional subiu 100 milhões, ou seja 109%, esse governo que está aí.

Uma das coisas que a gente ficou perplexo no interior, em todas as regiões que a gente ficou, começando pelo Vale do Paraíba, deputado Gilmaci, e quem mora nos grandes centros não tem dimensão do que que significam estradas vicinais para escoamento da produção, e a gente ouviu isso em todos os lugares.

Todos os lugares, lá no fundão de São Paulo. O governo vem insistindo que, neste ano, aumentaria os recursos para a melhoria das vicinais.

Esse foi um dos grandes pedidos da população paulista nas audiências públicas para Orçamento de 2020.

Nos dois primeiros anos do governo 564 milhões ou 93% dos recursos previstos não foram realizados, e neste ano, até dia 22 de outubro, somente foi aplicado 20% do valor previsto.

A gente não tinha esses dados nas audiências públicas. Imagina a gente falar isso para aquele pessoal que precisa das estradas vicinais, porque eles produzem principalmente alimento que está alto, que está faltando na mesa do trabalhador.

E eles não têm estradas para transportar esses alimentos.

Quando a gente vai em regiões, por exemplo, lá no Pontal, Vale do Ribeira, a reclamação é que além de escoar a produção, a receita deles é o turismo, e as estradas não podem ser usadas porque estão em péssimas condições.



E a gente verifica que o governo aplicou 20% e está com 59 bilhões em caixa.

Como o tempo é curto, a gente ouviu muito o pessoal reclamar, por exemplo, de delegacia das mulheres e casas de apoio.

Aí a gente verifica que até 22 de outubro, pasmem, deputado Gilmaci, deputado Dalben, vocês ouviram isso nas audiências públicas, o povo, as mulheres reclamando, em especial as mulheres, todas elas.

Até 22 de outubro, o governo Doria gastou 19% só do previsto.

2,86 milhões de um total de 15 milhões. 22 de outubro. Que bela gestão. Que bela gestão.

Bom Prato que nós inauguramos hoje: zero de investimento este ano.

Investimentos maiores, Rodoanel não foi retomado, trecho Norte. Nova Tamoios não foi retomado.

Um outro item aqui que me atinge muito, porque toda hora...

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Seu, seu...**

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Já está terminando?**

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Seu tempo já...**

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Então, correndo....**

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Já terminou.**

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Só um, só um pouquinho de um minuto a mais.**

Promoção e autonomia da população em situação de rua, aquele pessoal que está na rua, plena pandemia, que cresceu enormemente, que estão passando fome na rua.

Governo do estado de São Paulo investiu zero daquilo que estava previsto, zero, dá para acreditar nisso? Está nos dados do governo.

Urbanização e assentamento precário, zero, previsão de 4,6.

E quando se falou aí que caiu o número de gastos com Pessoal, caiu mesmo, de 44,39%, como foi falado, caiu para 39,9%.

Nossa, que legal, que governo bom, hem? Graças ao quê? Graças ao... Coitado do funcionário público, além das leis que vieram para cá, ainda um arrocho salarial do qual todos eles estão reclamando.

E há quantos anos o governo do estado não dá reajuste para o funcionalismo público?

Então, terminado, Sr. Presidente, é lamentar, é lamentar.

Eu sei que isso aqui não é o secretário, do secretário, aliás, a gente tem saudade, dele e do Lula. A gente espera que no ano que vem voltem os dois para 2023.

Mas sinceramente, em termos de política, principalmente política social de um governo do estado de São Paulo, é lamentável, e eu falava em todas as audiências públicas, já finalizo.

Um governo que no Orçamento coloca 0,37% para cultura, 0,36% assistente social, 0,31% para agricultura. Por que coloca agricultura? Por causa desses dados que eu dei.

E 0,09 para esporte não é um governo sério, é um governo que governa para os ricos e não para a população que mais precisa.

Não tem compromisso com a área Social no estado de São Paulo, e isso está provado.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Para concluir.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Está provado. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputado, Enio Tatto. Secretário, nós temos somente mais uma deputada inscrita. O senhor quer responder agora ou quer...

Mas agora nós temos... O senhor quer responder agora ou no final? Não, não. Nós temos a Janaina Paschoal, depois o deputado Vinícius.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Agora, se o senhor quiser responder.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Tudo bem. Em primeiro lugar, não há dúvida de que o País vive, viveu intensamente, vive uma pandemia, que tem efeitos graves para a população, para o aumento do desemprego etc.

Então, é surpreendente que o deputado se surpreenda com os efeitos dessa pandemia na população.

Existe, acabamos agora de... O estado de São Paulo vacinando aí a totalidade da população adulta, a primeira dose, a segunda dose.

Mas não há dúvida de que no mundo inteiro a pandemia criou uma tragédia, isso aí não foi criado por este governo, muito pelo contrário, este governo está resolvendo o problema, desenvolvendo, construindo uma vacina e vacinando a população.

Essa é a primeira questão importante.

Segundo. O fato de que existe toda essa, o estado vai bem, mas no sentido de ter gerado uma boa administração está saindo dessa crise com mais força do que o restante do Brasil, que está muito pior.

No entanto, e o que vai se fazer com esses recursos? O que vai se fazer com esses recursos, e esse é exatamente o ponto positivo é que o estado de São Paulo, dos 47 bilhões que estão previstos de investimento, grande parte disso é exatamente no Social, que é exatamente o que nós estamos falando.

Hospital, Saúde, Educação, são programas sociais, é “Vale Gás”, é “Banco do Povo” etc.

Felizmente o estado de São Paulo, devido a esta administração, tem condições de enfrentar esse problema, enfrentar essas consequências da pandemia, ao contrário de muitos estados que não tem essa condição, não consegue nem pagar funcionário.

Então, nós não devemos ver o fato de o Estado ter essa disponibilidade para poder enfrentar esse problema e ter um plano de 47 bilhões de investimento para gastar esse recurso, inclusive, e fundamentalmente no Social.

E nas vicinais, ao que o senhor se refere etc. Nós tivemos uma pandemia no ano passado, não adianta tentar esconder a pandemia, como se não existisse, a vida fosse normal.

Não. Teve uma pandemia, parou tudo. Teve restrição de funcionamento, as pessoas doentes, morreram 600 mil pessoas no Brasil, uma tragédia mundial, global. E tudo parou.

Então, agora, o estado está retomando forte, felizmente o estado de São Paulo, por uma boa administração, tem recursos agora para enfrentar esse problema. Mas não vai enfrentar do dia para a noite, é óbvio que não.

Mas felizmente, tem os recursos e está, então, anunciando já, eu já dei os números de setembro, quando começou exatamente o programa de investimentos, que vai exatamente endereçar e investir diretamente em tudo isso que nós estamos falando, todo esse quadro a que o senhor se referiu.

E usou um exemplo muito bom das vicinais. Existe um plano grande de investimento, enorme, de vicinais, eu mencionei que nós estamos aí com um plano de oito mil obras, contratação de 200 mil pessoas.

Isso é um efeito que agora a retomada das atividades da economia, com a vacinação etc, permite isso no mundo inteiro, São Paulo à frente, inclusive, da maioria dos países, se compararmos com outros países, e à frente de muitos estados brasileiros.

Então, o fato de existir essa disponibilidade não é uma coisa negativa. Bom é o estado que está quebrado. No vermelho. Não consegue pagar nem funcionário público. Esse é bom.

Gastou tudo com a máquina, com funcionário público, esse é o excelente.

Não, é o contrário. O recurso. E vai poder gastar onde precisa. Hospitais, escolas, distribuição lá de alimentos e “Vale Gás” e todos os programas sociais etc.

Então, nós não podemos inverter as coisas. O bom é estar quebrado, não paga nem funcionário público, deixar o povo realmente não ter recurso.

Não, o contrário. É importante que tenha recursos para fazer isso.

Quando o senhor menciona a questão dos gastos em publicidade, aí de novo, tem uma generalização. Publicidade.

Aqui, se nós olharmos com rigor, com seriedade, nós vamos ver que grande enquadramento em publicidade etc., toda comunicação das vacinas, toda comunicação das orientações em relação à pandemia, à Saúde, Educação.

Quer dizer, neste momento a comunicação foi absolutamente vital, fundamental.

A orientação à população é fundamental. Isso não pode de repente virar um problema, não, não, não, como se fosse só publicidade de alguma outra coisa mais, digamos, etérea.

Não, nós estamos falando aqui de Saúde, Educação, orientação, vacinação, tudo isso que foi feito.

E eu até me surpreendo um pouco, como se, lhe ouvindo, como se não tivesse diálogo, nunca tivesse sido falado sobre isso aqui na Assembleia.

O governador vem aqui mensalmente submeter-se a questionamento etc., conversar.

Então, tudo isso está sendo devidamente discutido, conversado etc. Frequentemente.

Não me lembro de casos de um governador que venha tanto, esteja à disposição dos deputados aqui na Assembleia, esclarecendo essa coisa.

A questão das vicinais, o senhor falou, foi executado 20%, nós tivemos uma pandemia. Nós tivemos um problema grave, parou, teve restrição de funcionamento, construtoras com problema etc.

Não adianta ignorar isso. O importante é o que já está sendo feito agora com a retomada da normalidade.

Agora, no mês de setembro, nós tivemos aqui um investimento já quatro vezes superior de 2020, já no mês de setembro, e com 47 bilhões, de setembro de 2021 até dezembro de 2022, o que engloba todos esses itens dos quais estávamos falando e um item que me chama atenção, exatamente esse item muito mencionado por S. Exa. que é a questão das vicinais.

Mas não é só isso. Também a alimentação, também na ajuda, nos programas sociais, na Educação, na Segurança etc.

A mesma coisa é a questão, bom, mas, então, é muito ruim ter esse caixa. O bom seria estar negativo, estar quebrado agora e não poder fazer esses 47 bilhões de investimento.

Se tiver 50 milhões em caixa, se tivesse plano de investimento (Inaudível.) nem sendo executado. É outra coisa. Não. (Inaudível.) da arrecadação.

Chegamos ao final da pandemia com obras sendo retomadas, eu mostrei várias aqui, linha de metrô parada há vários anos etc.

Retomada de obra da Linha 6, investimento de 6,8 milhões, que transporta a população.

O investimento agora na Linha Verde. Obras públicas desse sistema. Tinha uma série... Tamoios. Obras enormes e pequenas e vicinais que estavam paradas e estão sendo retomadas agora e que estão exatamente sendo possíveis agora de serem retomadas, porque, inclusive, tem recurso, na medida em que foi bem administrado.

E esses recursos não serão usados simplesmente para deixar em caixa, serão usados, já mencionei, 47 bilhões de investimento em benefício da população. Não é isso?

Inclusive no Bom Prato etc. No Rodoanel etc. Que, de novo, problemas jurídicos, problemas complicadíssimos, que não surgiram no ano passado, estavam aí há anos, anos parados.

Todos são testemunhas disso aqui. E que foram equacionados e que estão sendo retomados agora e vão ser entregues.

Isto é, tem problemas complexos, problemas importantes que estão sendo resolvidos.

E, de novo, não vamos transformar, o bom é estar quebrado, não. O bom é gastar com a máquina pública, não. Isso não é.

O correto é fazer uma administração rigorosa para ter recursos para atender, agora sim, a quem precisa, os mais vulneráveis, atender o Bom Prato, sim, mas fazer vicinal, sim, fazer linha de metrô, sim, fazer oito mil obras, contratando 200 mil pessoas, tudo isso é o que está em andamento agora. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, secretário.

Neste momento, eu quero passar a palavra à nobre deputada, via Zoom, que está acompanhando on-line, a nobre deputada Janaina Paschoal, que tem até cinco minutos regimentais para fazer uso da palavra.

**A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL** - Muito obrigada, presidente Gilmaci. Cumprimento todos os colegas presentes, Sr. Secretário.

Secretário Meirelles, eu analisando a LOA que veio aqui para a Assembleia, fiquei muito preocupada com o aumento do Orçamento previsto justamente para as obras, houve um aumento de dois bilhões para mais de seis bilhões, ou seja, quatro bilhões.

Vossa Excelência, agora na apresentação, informa que serão oito mil obras com 200 mil empregos gerados por essas obras.

Mas a dúvida que fica, Excelência, é a seguinte, se não se conseguiu fazer nenhuma uma porcentagem dessas obras em três anos, vai ser possível realizá-las no último ano de governo?

E a pergunta tem a ver com o nosso dever de fiscalização. Porque é muito dinheiro a ser liberado para um ano eleitoral.

E assim, acredito que o primeiro momento em que houve algum detalhamento dessa previsão orçamentária bilionária foi esta audiência de Vossa Excelência.

Porque até agora não veio nenhum detalhamento. Nas nossas audiências públicas, por exemplo, do Orçamento, apareceu muito pedido para duplicar a M'Boi Mirim, a estrada que vai para Ibiúna.

Na LOA, até pela natureza do projeto, nós não temos esse detalhamento.

Então, a Assembleia dará, vamos dizer assim, o aval para liberar quatro bilhões, sabendo que nos três primeiros anos praticamente não houve realização de obra nenhuma, e para esses quatro bilhões serem aplicados no último ano, que é um ano eleitoral.

Então, é uma preocupação grande que eu tenho.

E aí, na apresentação, V. Exa. falou especificamente sobre a Linha Ouro do metrô.

Essa é uma linha a respeito da qual eu recebo muitas cobranças, porque tem aquelas pilastras enormes abandonadas há anos.

O que já se gastou nessa obra é algo incomensurável. Eu cheguei a oficiar o Executivo, veio a informação de que o problema era o imbróglio jurídico entre as construtoras contratadas.

Tentei levantar os processos, realmente esses processos estavam sem definição.

Então, eu gostaria de entender, Sr. Secretário, se, por exemplo, com relação à Linha Ouro.

O problema jurídico está dirimido? É certeza que a obra vai poder ser realizada?

Porque o nosso papel, ao apreciar o Orçamento é tomar o cuidado para não dar aval para liberar recursos que não serão aplicados na finalidade.

Então, gostaria de entender. Primeiro, de maneira objetiva. Como garantir que os quatro bilhões serão utilizados nessas obras no último ano se nos três primeiros não se conseguiu, em termo de obras, realizar muita coisa.

Especificamente com relação à Linha Ouro. Já está solucionada a questão jurídica que a atravancava? Não tem nada a ver com pandemia, era uma questão jurídica.

E se nessa duplicação que tem ali a parte do Orçamento prevendo uma grande quantidade de dinheiro para duplicação, se a M'Boi Mirim, por exemplo, estaria contemplada.

Seria isso, Sr. Secretário, agradecendo a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, Janaina, deputada Janaina. O senhor vai responder ou quer deixar para o final? Responder? Está bom.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Obrigado. Bom. O ponto mais importa que eu acho que...

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Só um minuto. Desculpa, secretário.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Oi?

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Me perdoa, me perdoa. Só anunciar também que estão aqui presencialmente o deputado Adalberto Freitas e o deputado Tenente Nascimento, aqui também agora conosco no Plenário. Obrigado, secretário.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Pois não. Eu acho que o ponto mais relevante aí mencionado é a questão do calendário.

Por que fazer agora? Por que que não foi feito em 2020? Por que que não foi feito no início de 2021? E agora que vai fazer?

Eu vou levantar alguns aspectos aqui, porque, quem sabe, lembrar a deputada, lembrar as pessoas, que nós tivemos uma pandemia.

Em 2020, aconteceram várias coisas relacionadas não só à tragédia humana, que continua, mas nós tivemos restrições de funcionamento, paradas de obras por problemas graves de saúde.

Nós tivemos uma queda, principalmente até o final do ano, até o último trimestre, tivemos uma queda grande de arrecadação.

Então, o que que nós tivemos? Nós tivemos uma queda muito grande de arrecadação e depois, agora, uma retomada este ano.

Então, nós tivemos dois tipos de problema, além de toda a tragédia humanitária etc., que a pandemia trouxe, nós tivemos dois tipos de problema afetando isso sobre o que estamos conversando.



Primeiro, o problema financeiro mesmo. Queda na arrecadação, e depois, agora sim, nós estamos com essa possibilidade de execução.

Segundo, a própria dificuldade criada, e as limitações, pela própria pandemia, o mundo todo parou.

Não é que o Brasil escolheu, o estado de São Paulo parou sozinho, aí o mundo inteiro não teve problema nenhum.

Não, espera aí, o mundo inteiro parou, nós tivemos... Agora, estamos ainda tendo em muitos países uma retomada de restrições, uma retomada de restrições de funcionamento etc.

Companhias construtoras que pararam completamente obras etc., em função, de novo, de uma grave crise sanitária.

Isso está sendo retomado agora, que bom que está sendo retomado agora, tão logo a vacinação atinja a grande maioria da população, o Estado administrando bem os seus recursos.

Que bom que o Estado agora tem condições de investir em tudo isso, investir e atender toda essa carência, toda essa necessidade da população.

Mas nós não vamos simplesmente fazer de conta que não existiu aí uma pandemia.

Como se tudo o que aconteceu fosse simplesmente uma tomada de decisão. Ninguém tomou uma decisão de termos aí a preocupação enorme, todo um foco necessário do governo, não só antes de vacinar, mas em proteger a população em entrada de pessoas sendo contaminadas, proteger isso em escola, em trabalho etc.

Depois, nos hospitais, entrada nos hospitais e UTI e mortes etc. E tudo isso.

Em resumo, essa foi uma ocorrência que paralisou atividades etc. Eu cheguei a conversar com consultoras etc., ou com empresas industriais ou comerciais que tiveram dificuldades gravíssimas de funcionamento em todas as áreas.

Portanto, não há dúvida de que agora é uma retomada. Por que que vai existir agora, vai se fazer tudo isso?

Porque está sendo bem planejado, com detalhamento. Eu não sou da área de transporte metropolitano, não sou secretário de transporte metropolitano, mas posso providenciar certamente com a secretaria todos os dados requeridos...

**A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL** - Ah, eu agradeço.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Pela deputada etc., para as discussões etc. E eu vou acompanhar todas as discussões da secretaria de transportes metropolitanos com Sua Excelência. Não há dúvida.

O que eu quero dizer é o seguinte. Nós temos que enfrentar a realidade como ela é. E essa realidade é que houve uma tragédia, houve um problema global, mundial.

O estado de São Paulo é um dos que está saindo na frente. Graças ao grande esforço não só de proteção da população, mas também de vacinação, que agora permite essa retomada.

E, ao mesmo tempo, para não esquecer, existem muitas dessas obras grandes que estavam com problemas complicadíssimos de negociação, jurídicos, imbróglis judiciais, problemas de dificuldade das concessionárias etc.

Em resumo, problemas todos que foram equacionados. Então, isso tudo está sendo retomado agora em grande velocidade, na hora que é possível, na hora certa.

Agora, vai se executar tudo isso? Sim. Tudo isso é objeto de grande planejamento, no detalhe, com cada secretaria responsável pela área.

E eu acho muito saudável e positivo a demanda do Parlamento, aqui da Sra. Deputada, de querer ver esses detalhamentos, eu acho positivo isso.

Não é a minha função, não sou aqui secretário de transporte metropolitano, nem secretário de Transportes ou secretário de outras áreas.

Eu trabalho aqui com os números que são afeitos à minha responsabilidade, principalmente no setor de arrecadação.

Eu faço uma visão geral dos números, mas evidentemente, eu trabalhei, a minha responsabilidade direta é conseguir arrecadar dinheiro para pagar tudo isso que foi o que eu mostrei aqui que fizemos.

Agora, eu acho legítimo esse questionamento. Eu, de novo, apenas me surpreendo um pouco, porque deixou para ser perguntado aqui a mim, que sou o secretário da fazenda, sendo que tem outros secretários que vem aqui, o governador vem aqui frequentemente.

Mas tudo bem, não tem problema nenhum. Eu acho que a nossa função aqui é responder, inclusive a minha. E vou fazer isso com satisfação.

Vamos conversar com esse secretário, demandar todos esses números, e inclusive, se existir a sua disponibilidade pessoal de se reunir pessoalmente para discutir, eu próprio gostaria de estar presente assistindo essas reuniões e debatendo etc.

Porque são perguntas legítimas. Tem boas respostas. Mas deve ser perguntado.

**A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Obrigada.**

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Tem toda a razão. Vamos responder.**

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigada,** deputada. Obrigada, secretário. E agora, eu passo a palavra ao deputado, vice-presidente desta Comissão, deputado Dirceu Dalben.

**O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Sr. Presidente Gilmaci.** Nobres deputados aqui presentes. Líder do Governo Camarinha. Em nome do líder do Governo, quero saudar a todos os colegas aqui na mesa, saudar o nosso secretário, sempre ministro, secretário Meirelles.

Sempre agradecendo a Deus pela vida, pela saúde e por poder estar aqui participando desta Audiência.

Vou ser rápido em minha fala, secretário e presidente e colegas, devido à agenda do secretário e para dar oportunidade para que o colega Camarinha possa fazer a sua fala.

Secretário, nós temos acompanhado, através das audiências públicas, como já foi relatado aqui pelo meu amigo e colega deputado Enio Tatto, as grandes demandas no estado de São Paulo.

Mas aqui eu quero testificar e parabenizar V. Exa. e sua equipe pelo excelente trabalho que têm feito na gestão dos recursos públicos no estado de São Paulo.

Uma gestão equilibrada, na qual nós temos um superávit orçamentário primário, um controle da dívida pública, um controle dos restos a pagar, e enfrentando o desconhecido.

Em um primeiro momento, todos nós não sabíamos como seria a realidade econômica, financeira e a saúde com a situação do vírus. O mundo todo ficou perdido.

O estado de São Paulo teve a capacidade de se programar, de poder fazer uma gestão fiscal eficiente, e também na saúde.

Lembrando que o estado de São Paulo foi o primeiro estado da Federação que foi atrás de parceria de solução para o vírus, que é a vacina, sem a qual nós não teríamos uma retomada do crescimento e de abertura da economia.

O estado de São Paulo, através da Coronavac, para a qual esta Casa de Leis, em todos os momentos que foi chamada, em parceria com o Executivo, deu a sua contribuição para ajudar na vacina e ajudar também na questão econômica do estado.

Diante disso, quero encerrar aqui dizendo que nós ouvimos vários relatos nas audiências e aqui também de colegas e sabemos que durante a pandemia não era possível você fazer investimentos e planejar, até porque você tinha que reservar recursos, até para enfrentar uma dificuldade de garantir até a folha de pagamento dos servidores.

E após o controle da pandemia com a vacinação, nós estamos vendo o estado retomar.

E são várias obras em estradas vicinais, nas rodovias estaduais, também nas construções na retomada das Etecs, escolas, unidades de saúde.

E lembrando da rede proteção social. Que os projetos sociais aprovados por esta Casa, e que o governo do estado está executando, estão garantindo o atendimento, principalmente, aos órfãos da pandemia, aos órfãos da Covid-19.

E quero dizer que os investimentos na saúde após a pandemia, hospitais filantrópicos, Santas Casas estão recebendo recursos extras do governo do estado para fazer frente à retomada e fazer com que aqueles exames represados e atendimentos à saúde represados e paralisados durante a pandemia possam ter sequência.

Encerro, senhor secretário, fazendo uma solicitação ao senhor, em nome dos colegas da Comissão e também dos demais deputados.

Já foi tratado isso no início das audiências públicas, junto com o nosso presidente Gilmaci, nosso deputado Gilmaci, o Enio Tatto e os demais colegas.

Dizendo que de tudo o que nos foi colocado nas audiências públicas, nós gostaríamos de ter a anuência do governo e o intermédio do senhor, secretário, para que pudesse destinar um valor, para que possamos atender um pouco as demandas e os pedidos que nós captamos nas 26 audiências públicas, nosso líder Camarinha, que ouvimos no estado de São Paulo.

E quero aqui registrar que o nosso presidente, o Gilmaci, esteve em todas, e se não me falha a memória, o nosso deputado Enio também participou de todas.

Eu tive o privilégio de presidir seis em seis grandes regiões, e as demandas são grandes.

Se nós pudéssemos ter um valor percentual da receita do Orçamento para poder destinar e atender nem que seja de forma mínima o que nos foi colocado nessas audiências

isso dará ânimo para os nossos colegas nos anos seguintes continuarem a fazer as audiências.

No momento é isso, secretário Meirelles. E tem aqui o meu respeito, a minha admiração pelo seu trabalho e pela sua gestão à frente da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Meu muito obrigado. E que Deus abençoe a todos.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Permita, presidente, só sobre as emendas. Está dentro do assunto, secretário. As emendas, o prazo para a gente apresentar as emendas, deputado Camarinha, termina no dia 03, não é?

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - 29.**

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT - 29?**

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - 29.**

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Então, nós temos dois, dois ou três dias. E qual é a preocupação?

E o deputado Gilmaci colocou isso logo no início, que nós precisávamos de uma reunião com o secretário para tratar disso. Porque se passar do dia 29, a gente não pode mais consertar o Orçamento.

Então, essas sugestões que o deputado Dalben está colocando, se a gente não fizer até o dia 29, que eu achava que era até o dia 03, a gente não vai poder apresentar emendas, por exemplo, para contemplar cada audiência pública que a gente fez nas regiões.

Então, ficam nulas todas aquelas reivindicações, aquelas demandas que nós recebemos. E aí, só a credibilidade da Assembleia Legislativa que vai abaixo.

Então, só para lembrar o prazo que nós temos aí para tentar corrigir e contemplar alguma coisa dessas necessidades. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Passa a palavra, neste momento, ao deputado Adalberto Freitas.

**O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL** - Cumprimento ao nosso presidente Gilmaci. Cumprimento ao nosso líder daqui da Assembleia Legislativa deputado Vinícius Camarinha. Secretário Meirelles, que aqui está, nosso sempre ministro.

Deputado Enio Tatto. Deputado Dalben. Deputado Nascimento.

Vai ser muito rápido o que eu tenho a falar. Eu acredito que tanto para o nosso governador, quando assumiu o governo, quanto para o secretário Meirelles, acredito que tenha sido aí o maior desafio da vida de ambos para poderem administrar um estado como São Paulo, em uma condição de plena pandemia mundial.

Isso aí foi inédito na história, pegou o mundo todo desprevenido, mas com a competência de ambos, o governador com toda a sua equipe e o nosso secretário Meirelles com a experiência que ele tem conseguiram colocar em São Paulo...

E hoje São Paulo é o estado que não tem nenhum problema financeiro. É o único estado da Federação que está com as contas em dia.

E temos aí, nós como parlamentares, a gente vai muito nos bairros, nós vemos que as obras estão todas funcionando, não tem nenhuma obra parada em São Paulo.

Isso, só tenho que agradecer, secretário, pelo trabalho que o senhor tem feito lá no palácio e isso tem ajudado muito a nós aqui na Assembleia Legislativa, nós como parlamentares.

Então, muito obrigado, o senhor tem todo o nosso apoio, o nosso respeito.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputado Adalberto. Deputado Vinícius Camarinha.

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB** - Presidente, uma palavra breve. Quero saudar V. Exa., presidente desta Comissão, uma das mais importantes comissões que nós temos da Casa. Saudar a todos os membros desta Comissão.

E de modo muito especial saudar o nosso respeitado e querido secretário de Estado da Fazenda Henrique Meirelles, uma experiência fantástica na vida privada e na vida pública. Sr. Secretário, seja bem-vindo, um prazer recebê-lo aqui.

Eu queria dizer... O secretário é muito gentil, muito educado. Tem uma audiência agora às 16 horas e 30 minutos, e evidentemente que ele está à disposição da Comissão em primeiro lugar, mas se nós pudéssemos...

Se todos tiverem já dirimido suas dúvidas, e o secretário puder seguir a sua agenda, seria uma gentileza da Comissão.

Mas eu queria dizer, presidente Gilmaci, que o planejamento que o governo fez desde 2019 até os dias de hoje tem dado frutos, Sr. Secretário, tudo isso foi planejado para que nós pudéssemos entregar para a população aquilo que ela mais precisa.

E aqui eu quero cumprimentá-lo, porque tudo isso foi fruto de um amplo trabalho do governador João Doria, do vice-governador Rodrigo Garcia, que é o secretário de governo, com a ampla participação da Secretaria da Fazenda, liderada por Vossa Excelência.

E contribuindo aqui com a fala do meu amigo deputado Enio Tatto, Enio, eu acho que a sua fala vale para Brasília, para São Paulo os números aqui são positivos. Vamos lá, eu queria que você me acompanhasse aqui.

Só na saúde, nós tínhamos tradicionalmente um investimento de apoio às Santas Casas de 700 milhões de reais por ano.

Nós passamos isso, deputado Gilmaci, para um bilhão e meio no Programa Mais Santa Casa. E o governo mandou para esta Casa, Sr. Secretário, um projeto de lei para que isso vire um programa de Estado, e não apenas um programa político.

As Santas Casas precisam ter esse suporte de custeio, sobretudo na inflação, porque o que atinge a dona de casa atinge também os hospitais, por conta da energia, da alimentação, da luz, o custeio dos hospitais tem sido difícil.

Então, o governo lançou um programa importante, Sr. Secretário, que tem dado um suporte enorme para as Santas Casas.

Aqui eu não quero falar do Corujão da Saúde, que nós temos aí um programa de organização das demandas que ficaram reprimidas por conta da pandemia, muita cirurgia eletiva que ficou suspensa, deputado Dalben, e hoje o governo está pondo em ordem.

É um programa gigantesco. Inclusive nos Lucy Montoro também, prótese, cortes, cadeira de rodas, isso é uma demanda latente da população e quem vive ali nos municípios, deputado Adalberto Freitas, sabe o quanto a população pede esse tipo de investimento.

Na Educação, Sr. Secretário, foi uma revolução que jamais imaginei ver ainda em um curto prazo.

Nós passamos de 350 escolas de tempo integral para 2.050 escolas de tempo integral. Um investimento fantástico na Educação.

Nós passamos de 100 mil alunos matriculados em escolas de tempo integral para um milhão de alunos matriculados em escolas de tempo integral. Mais de um bilhão de reais investidos na Educação.

No Social, então, se não fosse aqui São Paulo, a situação ainda estava pior. São Paulo ainda estava pior, porque nós seguramos o rojão. E a Assembleia aqui, deputado Gilmaci, Enio, todos nós, que voltamos o Bolsa do Povo.

Um bilhão de reais para atender as pessoas que mais precisam, seja no Vale Gás, no Acolhe São Paulo, nas frentes de trabalho e tantos outros programas que nós aprovamos aqui na Assembleia Legislativa.

No Transporte, uma outra pancada de investimentos, Sr. Secretário, nós tivemos aqui 145 rodovias que serão recapeadas. Não é uma, não, 145 rodovias que serão recapeadas e mais de 5.000 km de vicinais dentre pavimentadas e recapeadas, presidente Gilmaci.

Ora, isso são investimentos, pelo que eu me lembro, que nós nunca tivemos ao longo desses 30 anos de Governo do Estado de São Paulo. Nunca tivemos números como esses, Sr. Secretário.

E tudo isso reflete em desenvolvimento econômico, geração de emprego, movimentar a economia e o estado, como o senhor sabe, é importante para a gente fazer a roda econômica girar.

Até o posto de gasolina, o restaurante do Sr. João, da D. Maria, que vai vender a marmita para quem está trabalhando lá nessas obras, e tudo isso faz com que a economia do estado de São Paulo gire.

E tendo, por fim, Sr. Secretário, uma gestão responsável, gastar só aquilo que se arrecada, não deixar o estado no vermelho.

Então, parabéns, queria apenas aqui como não membro desta Comissão, Gilmaci, não tive a felicidade ainda de fazer parte de uma comissão tão importante como esta, mas não poderia deixar de estar aqui para saudar o secretário Henrique Meirelles.

Não precisaria estar aqui, tem uma vida voltada à iniciativa privada, mas veio dar a sua contribuição para o estado de São Paulo montando um timaço aí na Fazenda, dando a segurança que São Paulo precisa.

Me desculpe me alongar um pouco, Sr. Secretário Henrique Meirelles, mas fica aqui o meu abraço, minhas homenagens, parabéns pelo trabalho. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputado Vinícius Camarinha. Obrigado a todos os deputados. Neste momento nós não temos mais nenhum inscrito.



Eu queria só fazer um breve comentário, Srs. Deputados e secretário, caminhando aqui na linha do deputado Dirceu Dalben, para que V. Exa. pudesse... Se puder o senhor, porque sei da sua agenda, é bem complicada...

Pudesse abrir uma agenda com membro, que seja um membro da sua equipe para atender a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, para que nós pudéssemos discutir um pouco mais, Vinícius, a participação de V. Exa. também, discutir um pouco mais todas essas audiências públicas que nós tivemos no estado de São Paulo.

Seria importante para a gente, para a audiência, para esta Casa, para o governo do estado.

Então, sei que para V. Exa. talvez seja um pouco difícil, até pelo tempo mínimo que nós temos agora, até me surpreendeu que agora é até o dia 29, eu estava esperando também até o dia 03...

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB** - Deputado Gilmaci, só me permita um aparte.

É até o dia 29, mas são 30 sessões corridas. Como nós não vamos ter algumas sessões, esse prazo pode chegar até o dia 03.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Ótimo.

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB** - Porque são 30 sessões.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Ah, que perfeito.

**O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB** - Eu acho que como vamos ter feriado alguns dias, então, é possível que cheguemos até o dia 03.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Ok. Então, se houver possibilidade, secretário, de abrir essa agenda para nós dentro da Secretaria da Receita para que ouvisse a Comissão.

A Comissão precisa ser ouvida, gostaria de que V. Exa. pudesse abrir essa agenda, como for possível a V. Exa., mas que possa, não é, Enio, ter alguém que possa vir nos

atender e debater juntamente com o líder do Governo, secretário da Casa Civil, essas demandas que nós ouvimos, que são importantíssimas para o estado de São Paulo.

E, secretário, já agradecendo V. Exa. também pela disponibilidade de estar aqui hoje nesta Casa atendendo este convite, cumprindo aqui constitucionalmente o que a lei diz sobre a vinda dos secretários aqui.

O senhor atendeu prontamente. Para nós é uma alegria, uma honra. E gostaria de passar a palavra para o senhor, se o senhor assim desejar, para as suas considerações finais.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Obrigado, presidente. Obrigado, Srs. Deputados. Eu mencionei sobre a questão de dados específicos.

Vai ser um prazer nós recebermos, nós da Secretaria da Fazenda, ter gente aí disposta a detalhar mais e responder a todos os detalhes, todas as perguntas importantes que possam ser feitas e etc.

Eu vou apenas mencionar aqui dois dados que foram mencionados nas questões sociais etc. e a questão aqui da infraestrutura.

Bolsa do Povo, por exemplo, mais programas sociais em diversas áreas, em 2021, por exemplo, foram despendidos 645 milhões e 134 mil.

Em 2022, o plano é de um bilhão e 392 milhões de reais. Apenas para dar um exemplo de tudo o que eu mencionei.

Dando números concretos, em cima do que eu mencionei, de retomada das atividades, agora com arrecadação suficiente e possibilidades de fato de executar isso.

Agora, outra coisa importante. Um dado específico, por exemplo, sobre detalhe do transporte metropolitano, por exemplo, no caso, a Linha 17 Ouro da linha do metrô.

São 7,7 km, e foram retomadas oito estações entre o Aeroporto de Congonhas e a estação Morumbi, nesta gestão.

Após a rescisão de contratos que estavam com problemas, que estavam parados etc. Obras paradas, fabricações de trens paradas, com problemas.

Tudo isso foi resolvido, foram feitas novas licitações, o que possibilitou a volta, portanto, das atividades de construções de sete estações, a oitava no Morumbi, de outro contrato, além da complementação da via e da fabricação dos trens.

E isso vai ser concluído até o fim de 2022.

É tudo o que eu disse. Não só a questão da pandemia etc., mas também a renegociação, a retomada, equacionamento de todas essas obras paradas, todos esses problemas aí que nós tínhamos e que já foram, de fato, atualizados.

Eu disse que teremos todo o prazer de receber exatamente os deputados na Secretaria da Fazenda e abrir todo o detalhamento.

É só importante fazer uma observação no sentido de que grande parte dessas informações são da Secretaria de Orçamento e Gestão, que é uma secretaria que foi criada no ano passado, com o secretário Baeta Neves.

Mas eu vou conversar com o Baeta tudo aquilo que for relacionado à secretaria dele, vamos direcionar tudo aquilo que for transporte metropolitano também.

O que eu quero dizer é o seguinte. O nosso propósito é colaborar, o nosso propósito é fazer o que for necessário, fazer uma gestão transparente.

E, o que é importante, as obras estão sendo feitas, os programas sociais estão sendo implementados, saímos o mais rápido possível, um longo tempo para todos nós, mas o mais rápido possível, mais rápido que a maior parte de países do mundo, inclusive, países com alto nível de renda.

Agora nós estamos no momento de ganhar o tempo perdido, recuperar o tempo perdido para a pandemia. Não é porque ficou todo mundo parado. Pandemia.

E tudo isso foi recuperado, e agora com a vacinação, estamos anunciando números aí que são números internacionalmente importantes, de número de pessoas vacinadas, de percentuais etc.

O fato é que agora o estado de São Paulo, sim, começa a poder exercer plenamente a sua atividade tal qual o mundo inteiro. Tal esse mais cedo do que a maior parte da humanidade, incluídos aqueles países mais desenvolvidos do mundo.

Mas eu quero, para finalizar, agradecer o convite, agradecer aí a deferência dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Deixar todas abertas aí as informações da Secretaria. E dizer que é sempre um prazer estar aqui.

Eu sempre saio daqui satisfeito, gratificado de ter vindo. Inclusive, tenho uma viagem, como todos sabem aí, de uma comitiva do governo aí para trazer investimentos etc. de Dubai.

E eu estou fazendo várias dessas reuniões por vídeo, e uma das razões, talvez a razão mais importante seja que eu gostaria, de fato, de estar aqui presente para esta nossa discussão de hoje. Muito obrigado.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS -** Enio, acho que nós precisamos encerrar.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT -** 30 segundos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS -** Nós precisamos encerrar a nossa reunião, Enio.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT -** Está bom, Sr. Presidente, não tem problema não.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS -** Muito obrigado a todos, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, muito obrigado, obrigado (Inaudível.) obrigado. E está encerrada a sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*